



## **AVALIAÇÃO EDUCACIONAL FRENTE À INCLUSÃO: AÇÃO DOCENTE NO ENSINO COMUM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Martha Milene Fontenelle Carvalho

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; [marthainclusao@gmail.com](mailto:marthainclusao@gmail.com)

George Pimentel Fernandes

Universidade Regional do Cariri; [pimentelcrato@gmail.com](mailto:pimentelcrato@gmail.com)

Ana Patrícia Silveira

Secretaria Municipal de Educação de Crato - CE; [patricia.edinclusiva512@gmail.com](mailto:patricia.edinclusiva512@gmail.com)

Calebe Lucas Feitosa Campelo

Graduando em Ciências Biológicas da Universidade Regional do Cariri – URCA ; [campelocalebe@gmail.com](mailto:campelocalebe@gmail.com)

### **Introdução**

Notadamente a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino tem estado cada vez mais presente nos espaços escolares, e com isso, observamos a necessidade emergente de uma discussão a respeito de como as práticas avaliativas tem decorrido no ambiente de aprendizagem.

Consideramos que muitas escolas devem passar por alterações urgentes, referente mudança estrutural e pedagógica, para que atendam de forma satisfatória aos alunos que a elas chegam. Como afirma Glat (2007, p. 16),

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, a rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que em nada interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social.

O presente estudo tem como intuito publicizar uma pesquisa realizada referente à prática avaliativa das professoras do 1º ano do Ensino Fundamental da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Aderson da Franca Alencar, situada na cidade de Crato-CE, que traz a inclusão na turma em questão, de dois alunos com deficiência, Mariana e Wagner<sup>1</sup>, respectivamente Visual (cegueira), e Física (paralisia cerebral). Como esclarece o decreto Nº 6.949/2009, pessoas com deficiência,



---

<sup>1</sup> Em respeito ao anonimato, os nomes dos alunos citados são fictícios.

São aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009, p. 3).

Propomos ainda uma reflexão, envolvendo leituras inclusivas, que abordam essa temática de avaliação e Educação Especial. A ideia de desenvolver esta pesquisa no campo de Educação Especial surgiu através da vivência atual como docente na área inclusiva, trabalhando na Sala de Recurso Multifuncional, na cidade do Crato, Ceará.

Assim, o estudo tem por objetivo, refletir sobre a importância de práticas avaliativas desenvolvidas por docentes no contexto escolar visando à inclusão dos alunos com deficiência, bem como exercícios avaliativos decorrentes de um trabalho desenvolvido por professoras atuantes em salas de aula comum, sendo elas, Nazaré e Mariana.<sup>2</sup>

### **Metodologia**

Dentro da abordagem qualitativa de pesquisa, iremos evidenciar o desenvolvimento de ações realizadas por professoras atuantes na sala de aula comum, descrevendo ações de sucesso. Nossa expectativa é que o trabalho venha agregar informações à área de Educação Inclusiva, mostrando as possibilidades acerca do processo de avaliação frente à inclusão escolar. Mantoan (2015, p. 69), defende que

Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva no desempenho escolar, mas de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados.

A autora nos alerta que a inclusão não ocorre apenas com a matrícula do aluno com deficiência na instituição escolar, mas que sejam planejadas e executadas ações pedagógicas que o torne participativo, que se sinta integrante da sociedade contemporânea.

---

<sup>2</sup>Em respeito ao anonimato, os nomes das professoras são fictícios.

Escolhemos para realizar esta pesquisa uma abordagem qualitativa, onde compreendemos expressar em profundidade os dados referentes à pesquisa. Segundo Minayo (2007, p. 21):

[...] responde a questões muito particulares, [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente por ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

Utilizamos como instrumentos a observação participante com relação às vivências inclusivas no ensino regular para avaliação de práticas de docentes no contexto escolar. Assim, “[...] a observação participante proporciona a melhor maneira de obter uma imagem válida da realidade social” (MOREIRA, 2004, p. 204).

Nesse processo de pesquisa, buscamos compreender como acontecem as práticas avaliativas em uma Escola na rede pública de ensino, na cidade de Crato-CE, com a inclusão de alunos com deficiência no contexto educacional. Para isso, realizamos uma observação no ambiente escolar na referida sala de aula comum, do 1º ano do Ensino Fundamental, constituída por 18(dezoito) alunos e alunas, sendo 02 (dois) com deficiência. A observação dividiu-se em dois momentos: as práticas avaliativas propostas por docentes e reflexões desses métodos avaliativos.

## **Resultados e Discussões**

Consideramos que a avaliação tem estado presente não apenas no contexto escolar, mas em todos os espaços. Avaliamos cotidianamente, nosso colega de trabalho, nossas práticas, ações. Na ótica de Caldeira (2000, p. 122),

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica.

Com a nova proposta inclusiva, as escolas estão em fase de adaptação. Nesse processo, encontramos a metodologia de avaliação dos alunos, a prática pedagógica do docente que muitas vezes acontece de forma homogeneizadora.



O professor assume a posição de avaliador no contexto educacional. Encontramos formas de avaliação constantes envolvendo exames, provas, que avaliam a aprendizagem do aluno, finalizando com notas. Como o professor poderá avaliar um aluno com deficiência visual através de uma prova comum sem adaptações para ao final atribuir uma determinada pelas questões propostas? Ou mesmo, como irá avaliar um aluno com deficiência física/intelectual/auditiva, ou com autismo? São questionamentos feitos por muitos docentes.

É necessário repensarmos nossas práticas frente a esse novo processo de inclusão. Exames com a finalidade classificatória, na maioria das vezes, desconsideram as especificidades de muitos alunos com deficiência, os quais necessitam de um novo método de avaliação que consiga visualizar suas potencialidades reais. Na maneira apresentada por Luckesi (2003, p. 47), “a sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação, deveria predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem, em vez de predominarem os exames como recursos classificatórios”.

Estes alunos demandam de novos métodos avaliativos, que procurem ressaltar as suas potencialidades e não apenas medir o conhecimento de uma determinada disciplina através de uma nota final.

Cada deficiência requer um novo pensar avaliativo. O docente deverá elucidar questionamentos, de como em sua prática educativa poderá desenvolver uma forma de avaliação que atente não apenas aos conteúdos trabalhados, como forma de examinar o que foi assimilado, mas que busque avaliar o aluno através de um processo formativo contínuo, de observação e verificação de desenvolvimento. Como exemplo, caso o aluno com autismo não mantenha uma socialização com a turma, e ao longo do ano através de atividades diversificadas ele conseguir essa interação, porém não apresentar resultados satisfatórios em relação ao conteúdo, então não houve avanços? Vasconcelos (1998, p. 43) aborda essa forma avaliativa em um sentido mais abrangente, quando afirma que “a avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de captar seus avanços e possibilitar uma tomada de decisões, acompanhando a pessoa em seu processo de crescimento”.

É necessário que através dessa prática avaliativa o docente busque primeiramente essa autoavaliação de como está buscando uma forma democrática de medidas avaliativas que atendam as especificidades de cada aluno, não apenas aquele que apresente a deficiência.

Para auxiliar nesse processo de reflexão sobre avaliação inclusiva, torna-se imprescindível o trabalho realizado no Atendimento Educacional Especializado, sendo um serviço



da Educação Especial, que procura garantir a participação do aluno, propondo meios para que ele possa interagir no ambiente escolar como um todo. Portanto,

O atendimento educacional especializado é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O atendimento educacional especializado complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dele; (BRASIL, 2010. p. 21).

Como mencionado, o momento em que o aluno participa do atendimento é bastante relevante, nele o mesmo irá encontrar auxílio na busca de superar eventuais limitações de que venha apresentar.

Vale ressaltar, que o professor do Atendimento Educacional Especializado não será responsável pela avaliação voltada para o ensino regular. O mesmo fará sua autoavaliação em relação ao seu trabalho de como o aluno tem apresentado avanços e de como tem auxiliado na sala de aula comum, contudo, não deverá se responsabilizar por notas referentes ao trabalho do professor na referida sala. Deverá assim, acontecer um trabalho em conjunto entre professores atuantes no Atendimento Educacional Especializado, como também professores da sala de aula comum, buscando atentar para a evolução do aluno, ultrapassando processos classificatórios como podemos observar na Resolução CEE/CE N° 456/2016,

Art. 21. A avaliação da aprendizagem dos alunos será feita pela escola, sob a responsabilidade do professor, e deve considerar também a avaliação do professor do AEE, em parceria com a família, vinculada a um sistema de avaliação de caráter processual e formativo, que ultrapasse os processos meramente classificatórios.

Art. 22. A verificação do rendimento escolar do aluno deverá considerar a expressão dos seus conhecimentos de acordo com as possibilidades e com o nível de desenvolvimento em que se encontra, bem como os aspectos básicos de seu comportamento social.

Diante do exposto, o professor deverá avaliar o aluno superando meramente um caráter de classificação, observando sua evolução no decorrer das aulas, e não apenas centrar esse momento avaliativo apenas em determinadas provas.

No que concerne a leitura referente à educação especial, numa perspectiva inclusiva e de avaliação, utilizamos como aporte teórico, a legislação brasileira vigente, Glat (2007), Mantoan (2015), Ramos (2010), Sartoretto (2010) (Vasconcelos (1998), Perrenoud (1999), Luckesi (2003) e demais que envolvem pesquisas na área.



Sobre os nossos resultados, a partir de reflexões teóricas, ressaltamos nossa prática e atuação na cidade do Crato-CE, na função de professora da Educação Especial, atuando nas Salas de Recursos Multifuncionais, as quais são “[...] ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.” (BRASIL, 2011, p. 2), atendendo aos alunos público-alvo da Educação Especial, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 8) os quais são: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Atualmente na sala do 1º ano da Escola Aderson da Franca Alencar, encontramos a atuação de duas professoras, onde definimos pesquisar a respeito de como estariam desenvolvendo suas práticas avaliativas em relação aos alunos incluídos. Observamos que as mesmas têm demonstrado ações positivas em relação ao ato avaliativo para Mariana e Wagner.

Decorrido o primeiro semestre, as professoras seguiram as orientações do Atendimento Educacional Especializado, utilizando-o em caráter de observação contínua em relacionando ao progresso dos alunos incluídos. A professora Nazaré<sup>2</sup> demonstrou que valoriza as mudanças na vida escolar do aluno, pois isto reflete no seu convívio social, seja na sua residência, na sua rua, na sua cidade. Vejamos o que nos relata:

É importante observarmos nossos alunos não apenas no dia daquela avaliação escrita. No tocante aos alunos com deficiência, observamos sua participação em sala de aula, mesmo que seja com um sorriso mostrando que está gostando da aula. Procuramos trabalhar sempre em equipe, pois é notório sua evolução, sua interação com os colegas diante da atividade proposta. Observamos como a aluna tem desenvolvido o sistema Braille como método de leitura e escrita, assim como observamos nesse processo como o aluno, que tem paralisia cerebral, interage com atividades e com os colegas. Isso também é um processo avaliativo. (Nazaré).

Permanecemos em sala de aula para observação em dois momentos propostas de aplicação de avaliação, que segundo elas acontece cotidianamente e não apenas através de avaliações propostas pelo núcleo gestor.

As professoras realizaram a avaliação nos momentos em que estivemos presente através de jogos educativos, que envolviam a participação e socialização. Uma das formas que utilizaram para avaliação consistia na formação de palavras associando aos objetos, realizada em grupo. Mariana realizou a atividade em Braille e imagens em alto relevo desenvolvidas pelas docentes, e o outro aluno, Wagner utilizou a prancha de comunicação, apontando figuras com ajuda dos colegas e da intervenção da Professora Nazaré. Observamos no decorrer da aula, trabalhos voltados para



sensibilização de toda turma com os demais colegas, acompanhamento da aprendizagem do sistema Braille, utilizado pela aluna com deficiência visual, jogos adaptados que serviram para avaliação, atividades voltadas para o desenvolvimento da coordenação motora (fina) do aluno, enfim ações positivas que têm buscado o desenvolvimento dos alunos.

Segundo as professoras, os alunos entraram no período de férias com ótimas avaliações, que se converteram em notas. Cada um apresentou um avanço de forma diferenciada. O aluno Wagner, que tem Deficiência Física (paralisia cerebral), conseguiu realizar alguns rabiscos segurando o lápis firmemente evitando, portanto, que deslize de sua mão ou mesmo caia, sem ajuda das professoras. E ainda, sua interação é mais plausível com os colegas da turma. E a aluna Mariana, também obteve mudanças apreciáveis na sua interação com os colegas da turma, tendo em vista que, inicialmente apresentava uma exagerada timidez, aprendeu algumas letras do sistema Braille, estava se locomovendo sozinha em determinados espaços dentro e fora da sala de aula e no ambiente escolar. Nesse contexto, as docentes avaliaram que o progresso foi significativo e que os mesmos superaram algumas limitações.

A professora Mariana, que após leituras abordando a temática Orientação e Mobilidade, que na definição de Giacomini, Sartoretto e Bersch (2010a, p.7), “significa mover-se de forma orientada, com sentido, direção e utilizando-se de várias referências como pontos cardeais, lojas comerciais, guia para consulta de mapas, informações com pessoas”. Desta forma, a orientação e mobilidade, faz-se necessária para qualquer pessoa que tenha intenção de deslocar-se para algum local, seja escola, praças, templos religiosos, pontos comerciais, clubes recreativos, enfim, todas dispõe de detalhes no percurso que são primordiais para o ponto de chegada.

Com o objetivo de orientar e no processo avaliativo contínuo à aluna Mariana, sobre quantidade de salas de aula, assim como os diversos setores como cantina, coordenação, direção, sala dos professores, banheiros e sala de leitura, nos momentos destinados aos estudos e planejamentos, resolveu, após diálogo também com a professora do Atendimento Educacional Especializado, dedicar-se à ensiná-la. Ainda citando Giacomini, Sartoretto e Bersch (2010b, p.9),

Às pessoas com deficiência visual também deverá ser dada a oportunidade de explorar os ambientes e de formar suas próprias referências. Como elas [...] não enxergam (cegas), devem ser auxiliadas nesse processo de orientação espacial e de conhecimento de todos os espaços da escola para que, o mais rapidamente possível, sintam-se seguras e possam se movimentar neles sozinhas.

A atitude desta professora da sala de aula comum fortalece nossas convicções de que a educação inclusiva tomou uma nova dimensão nas instituições educacionais da educação básica.



## Conclusão

É preciso repensar ações docentes atuais, que procuram desenvolver uma forma de avaliação visando números e não a qualidade e a possibilidade de atender as todas as especificidades. Reconhecemos que grandes são as dificuldades que a pessoa com deficiência encontra nesse contexto, para tanto é necessário que aconteça um debate, reforçando leis, documentos que promovam uma mudança estrutural na Escola. Nessa perspectiva, Perrenoud (1999, p. 11) declara:

A avaliação é tradicionalmente associada, na escola, à criação de hierarquias de excelência. Os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência, definida em absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos.

Apresentarmos mecanismos efetivos para fazer com que a Educação Especial aconteça com sucesso, onde uma das características positivas seria a avaliação de forma contínua, não apenas visando a classificação de alunos. É preciso modificações na escola para atender a necessidade de cada aluno, buscando processos avaliativos diferenciados. Na análise de Sartoretto (2010, p. 2),

Entender a verdadeira finalidade da avaliação escolar só será possível quando tivermos professores dispostos a aceitar novos desafios, capazes de identificar nos erros pistas que os instiguem a repensar seu planejamento e as atividades desenvolvidas em sala de aula e que considerem seus alunos como parceiros, principalmente aqueles que não se deixam encaixar no modelo de escola que reduz o conhecimento à capacidade de identificar respostas previamente definidas como certas ou erradas.

Os alunos com deficiência estão exigindo uma nova conduta dos professores da sala de aula comum. Como nos alerta Ramos, (2010, p. 111), “[...] a escola não é uma corrida para ver quem chega primeiro, mas uma oportunidade que todos devem ter de desenvolver – embora em tempos e modos diferentes”.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos - Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. **Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009**, que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em

30 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

BRASIL. **Decreto 7.611, de 11 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em: 16 de agosto de 2016.

BRASIL. **Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial.** Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Ressignificando a avaliação escolar.** In: \_\_\_\_\_. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000. p. 122-129 (Cadernos de Avaliação, 3).

CEARÁ. **Resolução 436, de 01 de junho de 2016.** Fixa normas para a Educação Especial e para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Altas Habilidades/Superdotação, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://www.cee.ce.gov.br/phocadownload/resolucoes/resolucao%20n%200456.2016.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2016.

GLAT, Rosana. **Integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2007.

GIACOMINI, Lília; SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Orientação e Mobilidade, Adequação Postural e Acessibilidade Espacial.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática.** Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade.** 25ª ed. Revista e atualizada. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MOREIRA, Herivelto. CALLEF, Luiz Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador de sua Prática.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.



RAMOS, Rossana. **Inclusão na Prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2010.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **Como avaliar o Aluno com Deficiência?** 2010. Disponível em: <[http://assistiva.com.br/Como\\_avaliar\\_o\\_aluno\\_com\\_defici%C3%Aancia.pdf](http://assistiva.com.br/Como_avaliar_o_aluno_com_defici%C3%Aancia.pdf)>. Acesso em: 07 de julho de 2016.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças.** São Paulo: Libertad, 1998



